



espacio abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología



**EN FOCO: Sociología del
Deporte en el año olímpico
de Brasil**



Auspiciada por la International Sociological Association (ISA),
la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)
y la Asociación Venezolana de Sociología (AVS)

Vol.25
Abril - Junio
2016

2



Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

*Bárbara Schaustek de Almeida **

Resumen

Los mega eventos deportivos son utilizados como medio para aumentar inversiones en regeneración urbana, con potencial de atracción de inversiones privadas y beneficios políticos internacionales por la exhibición de imágenes positivas de países y ciudades anfitriones. En este artículo, el objetivo es establecer un diálogo con la literatura científica internacional para analizar aspectos comunes y específicos del caso de Brasil al aplicarse y promover el Mundial FIFA 2014 para hombres y los Juegos Olímpicos y Paralímpicos en Rio de Janeiro 2016, especialmente acerca de las políticas y de los legados. Señalase que los procesos de candidatura ocurrieran en un período de crecimiento económico y de visibilidad internacional del país. La candidatura al Mundial FIFA 2014 inicialmente no tenía un perfil de proyecto político nacional, distinto es el caso de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos 2016. Con esa distinción inicial, fue posible identificar factores relacionados con las estrategias políticas brasileñas y discursos en torno a los legados esperados que son compatibles con otras sedes de mega eventos deportivos, especialmente de los países periféricos. Como conclusión, se destaca la importancia de los estudios de caso en diálogo con casos anteriores para identificación de puntos comunes que pueden ser inherentes a esos eventos y no responsabilidades o especificidades locales.

Palabras clave: Mega eventos deportivos; Deporte; Brasil; Política; Legados.

Recibido: 08-01-2016 / Aceptado: 14-02-2016

* Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil.
E-mail: barbara.edf@ufpr.br

Sports mega-events, politics and legacy: Brazil hosting the 2014 Fifa World Cup and the Olympic and Paralympic Games Rio 2016

Abstract

Mega-sport events are a way to increase investments of urban regeneration, potentially attract private investments and international political benefits by showing positive images of host countries and cities. In this article, the aim is to establish a dialogue with the international scientific literature to analyze common and distinct points of the Brazilian case on bidding and hosting the 2014 FIFA Men's World Cup and the 2016 Rio de Janeiro Olympic and Paralympic Games, emphasizing on politics and legacy. It is pointed that the bid processes occurred during a period of economic growth and international visibility of Brazil in the international sphere. However, the bid for the 2014 FIFA World Cup did not have a public endeavor profile, differently from the bid for the 2016 Olympic and Paralympic Games. Despite this difference, other factors were identified as Brazilian political strategies and the expected legacy discourses that are compatible to other host cities and countries, particularly to those so-called "peripheral" countries. As a conclusion, it is highlighted the importance of case studies with a dialogue with past cases to identify common grounds that may be inherent to these events and not only local responsibilities or specificities.

Key words: Sport mega-events; sport; brazil; politics; legacy.

Introdução

Megaeventos esportivos como os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo FIFA para homens são provavelmente a representação mais hegemônica do que se entende por esporte na sociedade contemporânea. Se o conceito tradicional de esporte como "atividades físicas competitivas bem estabelecidas e oficialmente geridas nas quais os participantes são motivados por recompensas intrínsecas e extrínsecas" (Coakley, 2009: 6) é largamente aceito, megaeventos são a epítome do esporte hegemônico. Mais ainda, para além de uma competição esportiva, a compreensão do seu tamanho, de sua complexidade e do seu impacto nos locais que os sediam demandam abordagens de diferentes áreas de conhecimento, como política, economia, turismo, urbanismo, mídia e relações públicas, engenharia, tecnologia, entre outras (Roche, 2000; Horne & Manzenreiter, 2006). Nesse

contexto, a presença desse objeto nas Ciências Sociais tem se tornado cada vez mais comum, acompanhando o crescimento da significância que o próprio fenômeno tem apresentado na sociedade moderna e globalizada nas últimas décadas.

Comparado a outros megaprojetos como grandes construções de infraestrutura ou as exposições mundiais (Flyvbjerg, Bruzelius & Rothengatter, 2003; Roche, 2000), os megaeventos esportivos têm dilemas semelhantes, como a dificuldade de calcular riscos e custos, mas se diferencia pelo seu significativo apelo simbólico apoiado em ideais positivos construídos coletivamente ao longo do tempo – particularmente no caso dos Jogos Olímpicos – que supostamente transcendem a atual comodificação e comercialização desses outros investimentos (Lenskyj, 2000). A crença na pureza e na bondade inerente ao esporte – o que Coakley (2015) descreve como ‘o grande mito do esporte’ – proporciona possibilidades de investimentos econômicos, políticos e apoio popular para modalidades esportivas de maneira geral e seus eventos. Com as demandas necessárias para os eventos que alcançam proporções ‘mega’, a necessidade de investimentos públicos substanciais é geralmente sustentada por estudos e informações que visam convencer os governos e a opinião pública sobre pretensos benefícios resultantes desses investimentos. De fato, esses dados futuramente se tornam ferramentas que explicariam o interesse de países candidatos para sediarem tais eventos.

Muitos desses argumentos vão além do esporte em sua definição tradicional ou do esporte em qualquer de suas manifestações. Megaeventos esportivos têm sido utilizados como meio para aumentar investimentos em regeneração urbana, potencialmente atraindo investimentos privados e benefícios políticos através da venda de imagens positivas de países e cidades sede. Mais recentemente, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012 tentaram “inspirar uma geração”, especialmente sendo um incentivo aos jovens para praticar esportes e atividades físicas. Nesse ponto, o conceito de esporte perde as fronteiras mais rígidas de sua concepção tradicional e aceita diversas práticas, desde que elas colaborem para modificar a inatividade física em nome da saúde pública.

Neste artigo, temos como objetivo estabelecer um diálogo com a literatura internacional na área dos megaeventos esportivos analisando aspectos comuns e específicos do caso do Brasil ao se candidatar e sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, especialmente no que diz respeito às políticas e aos legados. Para isso, o texto se divide em três partes. Na primeira, uma revisão dos estudos em megaeventos esportivos é desenvolvida, especialmente dos debates sobre sua definição, políticas e legados, com base em publicações especialmente em inglês que foram coletadas conforme possibilidade de contribuição na discussão proposta. Na segunda parte, discuto essas questões em países “periféricos”, com especial interesse nas referências brasileiras para a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, utilizando dados oficiais, da mídia e de pesquisas desenvolvidas nacionalmente. Finalmente, a última parte traz as considerações finais.

Megaeventos esportivos: definição, política e legados

O uso do termo “megaeventos” é comumente utilizado pela academia e pela mídia de tal forma que raramente são explicados por um conceito para classificar ou compreender o termo por si. Essa compreensão tácita do conceito (Tavares, 2011) permite incorporar a adjetivação “mega” para descrever eventos que não necessariamente são tão grandes ou significativos para uma audiência internacional como outros. Essa intenção de classificar diferentes eventos como mega geralmente vem para buscar benefícios simbólicos, justificando o interesse midiático, investimentos públicos e a divulgação do evento para geração de consumo de maneira mais ampla. No Brasil, eventos como os Jogos Pan-Americanos Rio 2007, os Jogos Mundiais Militares Rio 2011 e a Copa das Confederações FIFA 2013 são comumente descritas como “megaeventos”, mas o estabelecimento de critérios quantitativos os classificariam como grandes eventos (Almeida, Mezzadri & Marchi Júnior, 2009). De um ponto de vista sociológico, o uso discursivo do termo “megaevento” pode ser perverso em sua reprodução e deve ser objeto de um olhar mais cuidadoso e atento do campo científico.

Em suas primeiras aparições, estudos sobre megaeventos esportivos não eram necessariamente um tópico novo, mas emergia da maior ênfase na proporção que os eventos passaram a ter, demandando uma nova terminologia. De acordo com Roche (1992) e Getz (2008), a literatura canadense na década de 1980 utilizava a expressão “eventos marcantes” para descrever eventos de limitada duração e características únicas que visavam criar interesse ou aumentar o apelo turístico de uma cidade (Ritchie, 1984, *apud* Getz 2008; Roche 1992). Um evento que parece ter sido decisivo na propagação e uso do termo “megaeventos” aconteceu em 1987, quando uma conferência na cidade de Calgary, no Canadá, teve como tema “O papel e o impacto dos megaeventos e atrações no desenvolvimento do turismo nacional e regional” (Marris, 1987) um ano antes da realização dos Jogos Olímpicos de Inverno naquela mesma cidade.

Mais de uma década depois, Roche (2000: 1) desenvolveu um conceito que é largamente referenciado para descrever os megaeventos: “‘Megaeventos’ são eventos de larga escala cultural (incluindo comerciais e esportivos) que tem um caráter dramático, um apelo popular massivo e uma significância internacional”. O apelo popular massivo e a significância internacional foram traduzidas pelo autor como audiência alvo e interesse de mídia e mercado – se global, internacional, nacional ou local. Mais recentemente, Muller (2015) ampliou os critérios para classificação do conceito e propôs uma matriz baseada em pontos dados aos eventos de acordo com a atração de visitantes, alcance midiático, custo total e transformação (investimentos capitais). Em sua escala, os eventos realizados entre 2010 e 2013 foram distribuídos em grandes eventos (Universíade, Jogos da Comunidade Britânica e Jogos Pan-Americanos), megaeventos (Jogos Olímpicos de inverno, Jogos Asiáticos, Expo, Copa do Mundo FIFA e Copa Europeia de Futebol) e gigaevento (somente os Jogos Olímpicos de verão). Para o propósito desse artigo, mais importante do que concordar ou discordar dos termos e cada critério, é fundamental notar que a diferença de tamanho e complexidade entre os eventos internacionais são o primeiro passo para uma avaliação mais precisa dos impactos que a realização, as políticas e os legados podem ou não gerar nas cidades e países sede.

O debate acerca dos legados tem sido central durante todo o processo de candidaturas e foi absorvido institucionalmente pelo Comitê Olímpico Internacional como ponto relevante de análise e inserção na agenda sobre o futuro dos Jogos Olímpicos (Olympic Agenda 2020, 2014). Entretanto, as diferentes instituições envolvidas acabam gerando confusões sobre o que é legado, sustentabilidade, impacto ou como se potencializar o uso do evento para gerar mais resultados (*leverage*). Preuss (2015: 647) indica que os elementos fundamentais para definição de legado são (1) tempo, (2) novas iniciativas, (3) valores, (4) tangibilidade, (5) espaço e (6) intenção: (1) duração maior que o evento em si e seus impactos diretos; (2) proporciona a geração de novas oportunidades e produção de novas dinâmicas posteriormente; (3) podem ser positivos, especialmente para aqueles que estavam diretamente envolvidos, ou negativos; (4) pode ser material ou não material; (5) apesar da limitação a uma cidade, seus efeitos podem se propagar para outros locais; (6) alguns legados podem acontecer indiretamente pelo evento, sendo alguns (principalmente os negativos) não intencionais.

No que se refere às políticas e aos legados esportivos, o foco desta revisão, principalmente relacionados aos Jogos Olímpicos de verão, esse debate merece uma leitura cuidadosa. Enquanto muitos acreditam que os Jogos Olímpicos podem servir de motivador para as pessoas praticarem esporte e atividade física, não há evidências que isso tenha acontecido em qualquer edição do evento (Weed *et al.*, 2012). A falta de evidências tem diferentes razões, como a necessidade de uma metodologia padrão eficiente de coleta de dados nacionais antes e após o evento. O principal desafio é de identificar e traçar tendências sem excluir a particularidade de grupos sociais e a efetividade de outras políticas governamentais (Veal, 2003). Em outras palavras, os vários fatores que promovem o engajamento em atividade física precisam ser considerados antes de apontar que os Jogos Olímpicos foram os “responsáveis” pelo crescimento ou diminuição dos índices de praticantes de atividade física e atividades esportivas.

Se um governo entende que os Jogos Olímpicos podem alavancar um crescimento na atividade física de sua população, como foi o caso do Reino Unido nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012 (Plans for the Legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games, 2010), ele precisa investir em estratégias paralelas mais próximas a comunidades locais e oferecer meios e oportunidades de engajamento direto para as pessoas. Ainda assim, essa estratégia só seria efetiva com aqueles que são minimamente abertos às atividades físicas e em comunidades que são receptivas à iniciativa de sediar os Jogos Olímpicos (Weed *et al.*, 2012). Em estudo realizado com profissionais envolvidos com o esporte na cidade do Rio de Janeiro, Reis, Sousa-Mast & Gurgel (2015) indicaram existir um desconhecimento dos entrevistados sobre o planejamento dos legados para incrementar a participação esportiva relacionada aos Jogos Olímpicos Rio 2016, sendo que a percepção dos legados dos Jogos Pan-Americanos, sediados na mesma cidade em 2007, foi de curto-prazo ou inexistente.

Existe uma quantidade de estudos que apontam que a relação entre o esporte de alto rendimento (como nos Jogos Olímpicos) e a participação em esporte/atividade física não é direta: nem atletas bem-sucedidos promovem significativa participação de pessoas no esporte em uma região ou um país (De Bosscher, Storiadou & Van Bottenburg, 2013,

Hanstad & Skille, 2010, Hindson, Gidlow & Peebles, 1994), nem uma grande quantidade de pessoas praticando esporte é significativo para o sucesso no esporte de alto rendimento (De Bosscher *et al.*, 2009). A promoção de políticas públicas para o esporte relacionadas ao projeto de sediar os Jogos Olímpicos é comum e até incentivada pelo Comitê Olímpico Internacional entre as cidades aspirantes e candidatas à sede, geralmente tendo como justificativa que investir em ambas tem uma relação mutuamente dependente. Entretanto, as pesquisas que demonstram a inexistência dessa relação direta mostram que essas políticas e iniciativas são baseadas em discursos e não em fatos de pretensos legados esportivos. Coalter (2012) sugere que aumentar os índices de participação esportiva depende de igualdade social e econômica, mais que transmitir esportes na televisão ou sediar eventos esportivos nas cidades ou países.

Estudos de casos olímpicos anteriores não apontaram ao interesse da cidade e país sede em aumentar o nível de participação esportiva tanto como foi o caso de Londres 2012. Embora o esporte seja a atração central desses eventos, os argumentos para sediá-los ou seus impactos normalmente estão relacionados a outras esferas sociais, particularmente ao crescimento econômico, melhorias urbanas e benefícios sócio-políticos (Black, 2008). Existe uma linha tênue que separa a motivação para e os impactos dos megaeventos esportivos, principalmente baseado nos casos de sucessos em eventos anteriores. No entanto, esses poucos casos de sucesso provavelmente não se repetirão e/ou são baseados em metodologias questionáveis de aferição. Essa lógica também ignora os casos mal-sucedidos de sedes anteriores e os riscos iminentes da realização de projetos de grande magnitude (Horne & Manzenreiter, 2006). Esse anacronismo forma um círculo vicioso na esfera discursiva, em que se acredita que o investimento público numa empreitada privada é necessário para promover potencial benefício público futuro (o legado) que de outra forma não seria possível de acontecer (Hall, 2006). Dentro da intenção de se criar uma imagem positiva para atrair consumidores, turistas e negócios, preocupações com a segurança justifica a criminalização da pobreza, a negação de direitos humanos e a comercialização do espaço urbano, gerando mais problemas sociais que são escondidos das audiências locais e globais (Andrews & Silk, 2012).

Essas questões são particularmente presentes e relevantes em casos de países “periféricos”, nos quais essas condições precisam ser superadas para se sediar os megaeventos esportivos. As noções de modernidade e desenvolvimento geralmente são utilizadas para justificar os enormes investimentos públicos e não raramente a negação de direitos humanos para corresponder ao “senso de urgência relacionado ao evento” (Sánchez & Broudehoux, 2013: 133. Ver também Horne, 2015; Almeida *et al.*, 2013; Black & Van der Westhuizen, 2004). Embora os países “periféricos” nunca devam ser vistos como casos homogêneos, é possível notar algumas similaridades entre eles, assim como questões que também fazem parte das preocupações de países “centrais” (Black, 2007). Por esse motivo, estudos de caso podem ser analisados para se encontrar pontos de convergência que são inerentes aos megaeventos esportivos em seu formato atual, independente dos países que o sediam. Na próxima seção, esse debate tem como pano de fundo os megaeventos sediados pelo Brasil: a Copa do Mundo FIFA para homens 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Megaeventos esportivos em países “periféricos” e o caso do Brasil

Embora a maioria dos interesses em se sediar megaeventos esportivos já tenham sido identificados anteriormente, alguns diferenciais podem ser vistos em candidaturas e sedes de países de economias menos desenvolvidas. A classificação desses países segue, grosso modo, as deliberações da Organização das Nações Unidas (ONU) que, para fins de análises, divide os países em economias desenvolvidas, economias em transição e países em desenvolvimento, com base nas condições econômicas básicas – economia baseada em exportação de bases energéticas, renda per capita, índice de endividamento do país, percentual da população subnutrida, mortalidade infantil, proporção de alunos matriculados na escola secundária e taxa de alfabetização (LCD criteria, 2014).

Justamente por não atingir graus satisfatórios de desenvolvimento em comparação a outros países, a exposição midiática dessas sedes geralmente passa por uma gestão de imagem para tentar mudar os preconceitos que cercam essas cidades e países (Cornelissen, 2004). Da mesma forma, a construção pela população de uma visão coletiva de si mesmos e sobre o futuro é acompanhada por discursos que utilizam os megaeventos esportivos como evidência da conquista do status de uma cidade global que passa a se posicionar entre os líderes e referências mundiais (Black, 2007). Além disso, a construção de infraestrutura em um prazo predefinido funciona como um estímulo ou justificativa para o desenvolvimento de projetos locais (Andranovich, Burbank & Heying, 2001). Esse fator é especialmente relevante para países que possuem processos burocráticos complexos para liberação de recursos públicos para infraestrutura e/ou para os políticos que buscam projetar sua imagem pessoal e política local, nacional ou internacionalmente. Como observado na Copa do Mundo FIFA 2010 na África do Sul e na candidatura da Cidade do Cabo para os Jogos Olímpicos, os discursos do país sede como representativo da integração de todo um continente também foi um elemento explorado por aquele país (Desai & Vahed, 2010; Pillay & Bass, 2008; Swart & Bob, 2004; Hiller, 2000).

Essas observações não são muito diferentes da mobilização brasileira durante a candidatura e preparação para os megaeventos esportivos de 2014 e 2016. Quando a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional elegeram em 2007 e 2009 o país para sediar esses eventos, respectivamente, o Brasil estava vivendo uma era dourada em crescimento econômico e visibilidade internacional. O produto interno bruto brasileiro mais que triplicou entre 2003 e 2010, terminando aquela década como a 7ª maior economia mundial (GDP at market prices, 2012). Politicamente, o país buscava utilizar dessa posição para estabelecer parcerias com outros países menos desenvolvidos e ser seu representante em instituições internacionais, como na ONU e na Organização Mundial do Comércio, bem como posicionando-se como líder regional (Vigevani & Cepaluni, 2007; Soares de Lima & Hirst, 2006). Essas duas estratégias chave da política externa brasileira naquele período explicam alguns dos argumentos discursivos utilizados pela candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos de 2016: a importância de serem os primeiros jogos na América do Sul, alavancar as melhorias estruturais na cidade, que já estavam em progresso, e ser uma plataforma para promover o Brasil internacionalmente (Sumário Executivo v. 1, 2009).

A candidatura Rio 2016 era parte da agenda da política externa brasileira para reforçar e estabelecer relações multilaterais, para mostrar o crescimento econômico e político e sua liderança na América do Sul a partir de uma plataforma internacional de visibilidade tal como os Jogos Olímpicos. Além disso, vencer uma eleição internacional contra países de “maior desenvolvimento” (Estados Unidos, Espanha e Japão) temporariamente posicionou o país entre os líderes internacionais na esfera simbólica e discursiva (Almeida, 2015). Do ponto de vista da política, o Rio 2016 reflete as estratégias de política externa brasileiras, mas visivelmente influencia em outras áreas como o esporte, turismo, economia, segurança, logística, entre outros. Para a Copa do Mundo FIFA 2014, o processo diferenciado de eleição não permitia o uso das mesmas estratégias, especialmente considerando a ausência de uma disputa internacional e a pretensão inicial que a iniciativa privada custearia a maior parte dos investimentos, o que descaracterizava, em partes, a candidatura como um projeto nacional. Entretanto, a preparação mudou significativamente quando recursos públicos de esferas locais e nacionais precisaram ser mobilizados para a construção dos estádios de futebol e das logísticas necessárias (Almeida *et al.*, 2013). Em meio a uma série de insatisfações com os gastos públicos e o custo para a população, o investimento público em estádios de futebol foi um dos alvos dos protestos espalhados por todo o país em junho de 2013, durante a Copa das Confederações FIFA, em que se estima que mais de um milhão de pessoas foram às ruas (ver Singer, 2013).

Após um ano da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e as vésperas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, legado ainda é um tema de preocupação. De acordo com a mídia brasileira, algumas áreas e produtos tiveram incrementos nas vendas, como cerveja, bares, hotéis, turismo, televisão e produtos esportivos, enquanto outros viram um decréscimo no mesmo período, como restaurantes, redes de *fast food*, indústria, veículos e o comércio varejista (Alvarenga, 2014). Os especialistas entendem que o decreto de feriado em dias de jogos nas cidades sede cooperaram com a queda de 0,6% no PIB nacional entre os meses de abril e junho em comparação aos meses de janeiro e março (Macedo & Lisboa, 2014). Na parte de infraestrutura urbana, os governos (país, 12 estados e 12 cidades sede) consideraram inicialmente 82 projetos relacionados ao evento, mas posteriormente 38 projetos foram excluídos nas versões finais dos documentos oficiais. De acordo com a BBC Brasil, um ano após o evento, 24 projetos foram entregues, mas outros 20 ainda não tinham sido finalizados (Mendonça, 2015). Como era esperado, os estádios construídos com recursos públicos em cidades de pouca demanda pelo futebol tiveram déficits operacionais (Segalla, 2015). Para a FIFA, o evento no Brasil ajudou a estabelecer um novo recorde de receitas, aumentando de US\$ 4,2 bilhões (2007-2010) para US\$ 5,7 bilhões (2011-2014), dos quais aproximadamente US\$ 2,2 bilhões foram gastos em custos relacionados ao evento de 2014 (Financial Report 2014, 2015).

Seguindo o baixo resultado de legado da Copa do Mundo FIFA 2014, as expectativas não são grandes quanto as muitas promessas ainda a serem confirmadas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Os investimentos em infraestrutura estão centrados na cidade do Rio de Janeiro, com investimentos do governo federal, do estado do Rio de Janeiro e da cidade. No começo de 2016, o estado do Rio de Janeiro passava por uma grande crise nas suas contas públicas, em que se estima um déficit de R\$ 3 bilhões e significativo

impacto nos serviços de saúde. Embora outras causas devam ser consideradas, é possível que os investimentos demandados pelos Jogos Olímpicos tenham colaborado com o desequilíbrio orçamentário (Puff, 2016).

Além desse impacto negativo na saúde, outra questão local significativa foram as desapropriações de famílias. A proposta de urbanização da cidade do Rio de Janeiro segue de maneira marcante o modelo de Barcelona, onde também houve a utilização dos Jogos Olímpicos para acelerar mudanças territoriais na cidade (Vainer, 2011). Entretanto, esses processos tendem a desrespeitar direitos fundamentais, especialmente no que se refere às realocações de comunidades economicamente desfavorecidas, cujos processos de remoção são violentos e, por vezes, desrespeitam a própria constituição federal. Especialmente as prefeituras de cidades sede dos megaeventos esportivos utilizaram-se do já referido “senso de urgência” (Sánchez & Broudehoux, 2013) demandado pelo prazo bem definido e inadiável dos megaeventos esportivos como tentativa de justificar as remoções e realocações, sobre as quais os movimentos sociais estimaram que 14 direitos constitucionais foram negados para mais de 170 mil pessoas em todo o país (Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2012), sendo que somente na cidade do Rio de Janeiro esse número foi estimado em 77 mil pessoas (Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro, 2013).

Na parte esportiva, o Ministério do Esporte brasileiro prometeu investir cerca de US\$ 1,5 bilhão de 2011 a 2016 para aumentar os resultados esportivos internacionais e a conquista de medalhas olímpicas e paralímpicas (Ministério do Esporte, 2015). Esse investimento, junto com outros recursos dedicados a construção de instalações esportivas por todo o país, são colocados como “legados olímpicos” para os brasileiros, porque vão além da cidade do Rio de Janeiro. Na cidade, os locais específicos para os Jogos Olímpicos têm a indicação de servirem como áreas de lazer – algumas áreas do Parque Olímpico e de Deodoro – e como locais de treinamento de alto rendimento e para sediar eventos esportivos nacionais e internacionais: Barra da Tijuca: Parque Aquático Maria Lenk, Centro Olímpico de Tênis, Arena Carioca, Velódromo Olímpico e Campo Olímpico de Golfe; Deodoro: Arena da Juventude, Centro Nacional de Hipismo, Centro Nacional de Tiro Esportivo, Centro Aquático de Pentatlo Moderno, Centro Nacional de Hóquei sobre grama, Centro Olímpico de BMX, Lagoa Rodrigo de Freitas. Algumas instalações multiuso serão aproveitadas durante os Jogos e continuarão servindo também para eventos não esportivos, como a Arena Olímpica do Rio e o Riocentro. As instalações temporárias são o Estádio e a estrutura ao redor do Forte de Copacabana, que serão desmontadas (Brasil 2016, 2016).

Já o Estádio Olímpico de Esportes Aquáticos (Barra da Tijuca), Estádio de Deodoro, Parque Olímpico de Mountain Bike, Estádio Olímpico de Canoagem Slalom (Deodoro) não tinham futuro definido com poucos meses antes do início dos Jogos. Existem ainda instalações de propriedade e/ou direito de uso privado, como as instalações na Marina da Glória, o Estádio Olímpico João Havelange, o Estádio do Maracanã, o Ginásio do Maracanãzinho e o Sambódromo, em que não há a indicação de suas finalidades e usos futuros (Brasil 2016, 2016).

Considerações finais

O fato dos megaeventos esportivos serem sediados em diferentes locais em curto intervalo de tempo aponta para a possibilidade de que existem elementos comuns que devem ser observados pela comunidade científica, evitando assim cair no erro de subjugar para uma localidade uma limitação que é inerente ao próprio fenômeno. De fato, particularidades locais são relevantes e intervêm nos impactos e consequências que esses eventos geram, mas alguns elementos que se mostram insustentáveis quando objeto de uma análise mais profunda devem deixar de ser apontados como questões locais e serem analisados como problemas coletivos.

As seções anteriores demonstraram que há um discurso comum nas intencionalidades políticas e pretensões de legados ao se sediar megaeventos esportivos, mas também mostraram especificidades de cada caso, tanto entre países “periféricos” como dentro de um mesmo país, mas analisando dois eventos distintos – Copa do Mundo FIFA para homens 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. A intenção aqui foi de reforçar a importância de evitar generalizações e buscar compreender especificidades locais e de cada evento para qualquer tipo de análise, ao invés de aplicar medidas e referências padronizadas para todos as sedes. Além disso, apontamos ainda para a necessidade de reflexão sobre os possíveis usos do termo “megaeventos” para eventos que podem não ser tão “mega”, mas que utilizam dessa nomenclatura para incorporar benefícios simbólicos ou justificar investimentos públicos em empreitadas privadas de menor grau de visibilidade.

Nos casos de eventos sediados pelo Brasil, buscamos evidenciar as diferenças entre os processos de candidatura para cada evento, o que acarretou em diferentes formas de apropriação e envolvimento dos governos local e nacional. Ainda que não tenhamos dados suficientes para analisar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 quanto aos seus possíveis legados, é possível identificar que os investimentos em infraestrutura são mais restritos à cidade do Rio de Janeiro, ainda que haja uma tentativa de aumentar o desempenho esportivo dos atletas brasileiros. Além disso, o entendimento que fica é de que a intenção de construir instalações esportivas por todo o país reflete a cultura de construção ao invés de manutenção; de implantação de equipamentos padronizados independente dos interesses e necessidades locais, como uma estratégia de ganho político; e da tentativa de mostrar que estruturas físicas “tangíveis” auxiliam a endossar o discurso de que os eventos trazem legados.

Das instalações na cidade do Rio de Janeiro, sobre a maioria existe a indicação de que elas comporão o “Centro Olímpico de Treinamento”, porém a diversidade de instalações traz questionamento sobre que entes serão os responsáveis pela administração, qual seria o custo de manutenção em longo prazo e quais ações e sob a responsabilidade de quem seriam implantadas nesses locais. Essas indicações já eram inexistentes nos documentos de candidatura (Souza *et al.*, 2014) e essa lacuna ainda persiste nos meios oficiais de informação dos organizadores e do governo brasileiro.

Finalmente, é possível concluir que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos justificam o investimento em estruturas esportivas, ao mesmo tempo em que essas mesmas estruturas são o que justificam o discurso de legado que supostamente é consequência do evento. Ou

seja, os discursos em torno dos legados se torna uma emboscada, já que na prática existe desperdício de investimento em estruturas que não serão aproveitadas posteriormente e cujos recursos poderiam ser empregados de forma mais estratégica. A partir de uma leitura crítica, é preciso desconstruir esses discursos com base em argumentos, desvelando os interesses ocultos por trás de sediar os megaeventos esportivos e revelando as consequências negativas que essas empreitadas geram, especialmente na população economicamente desfavorecida, cenário ainda mais crítico em países como o Brasil.

Referências

- ALMEIDA, B. S. (2015), “Altius, citius, fortius... ditius? Lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, Comitê de Candidatura e Governo brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”. **Tesis** (Doctorado en Educación Física), Universidade Federal do Paraná.
- ALMEIDA, B. S., BOLSMANN, C., MARCHI JÚNIOR, W. & SOUZA, J. (2013), “Rationales, rhetoric and realities: FIFA’s World Cup in South Africa 2010 and Brazil 2014”. **International Review for the Sociology of Sport**, Volumen 50, Nro. 3, 265-282.
- ALMEIDA, B. S., MEZZADRI, F. M. & MARCHI JÚNIOR, W. (2009) “Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos”. **Motrivivência**, Volumen 21, Nro. 32-33, 178-192.
- ALVARENGA, D (15/07/2014), “Veja quem ganhou e quem perdeu com a Copa na economia”. **G1 Economia**. Disponible en <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/veja-quem-ganhou-e-quem-perdeu-com-copa-na-economia.html>, Consultado el 22/12/2015.
- ANDRANOVICH, G., BURBANK, M. J. & HEYING, C. H. (2001), “Olympic Cities: Lessons Learned from Mega-Event Politics”. **Journal of Urban Affairs**, Volumen 23, Nro. 2, 113-131.
- ANDREWS, D. & SILK, M. (2012), **Sport and Neoliberalism: politics, consumption and culture**. Philadelphia: Temple University Press.
- BLACK, D. & VAN DER WESTHUIZEN, J. (2004), “The allure of global games for ‘semi-peripheral’ polities and spaces: a research agenda”. **Third World Quarterly**, Volumen 25, Nro. 7, 1195-1214.
- BLACK, D. (2007), “The symbolic politics of sport mega-events: 2010 in comparative perspective”. **Politikon**, Volumen 34, Nro. 3, 261-276.
- BLACK, D. (2008), “Dreaming big: The pursuit of “second order” games as a strategic response to globalization”. **Sport in Society**, Volumen 11, Nro. 4, 467-480.
- BRASIL 2016 (2016), “Instalações dos Jogos Olímpicos”. **Portal oficial do governo federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. Disponible en <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/instalacoes>, Consultado el 10/03/2016.

- COAKLEY, J. (2009), **Sport in Society: issues and controversies**. 10 ed. New York: McGraw-Hill.
- COAKLEY, J. (2015), "Assessing the sociology of sport: on cultural sensibilities and the great sport myth". **International Review for the Sociology of Sport**, Volumen 50, Nro. 4-5, 402-406.
- COALTER, F. (2012), "Game Plan and The Spirit Level: the class ceiling and the limits of sports policy?" **International Journal of Sport Policy and Politics**, Volumen 5, Nro. 1, 3-19.
- CORNELISSEN, S. (2004), "'It's Africa's turn!' The narratives and legitimations surrounding the Moroccan and South African bids for the 2006 and 2010 FIFA finals". **Third World Quarterly**, Volumen 25, Nro. 7, 1293-1309.
- DE BOSSCHER, V., DE KNOP, P., VAN BOTTENBURG, M., SHIBLI, S. & BINGHAM, J. (2009), "Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries". **Sport Management Review**, Volumen 12, Nro. 3, 113-136.
- DE BOSSCHER, V., STORIADOU, P. & VAN BOTTENBURG, M. (2013), "Scrutinizing the sport pyramid metaphor: an examination of the relationship between elite success and mass participation in Flanders". **International Journal of Sport Policy and Politics**, Volumen 5, Nro. 3, 319-339.
- DESAI, A. & VAHED, G. (2010), "World Cup 2010: Africa's turn or the turn on Africa?" **Soccer and Society**, Volumen 11, Nro. 1-2, 154-167.
- FINANCIAL REPORT 2014 (2015), documento consultado en Internet el 22/12/2015 en http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben_neutral.pdf.
- FLYVBJERG, B., BRUZELIUS, N., & ROTHENGATTER, W. (2003), **Megaprojects and risk: an anatomy of ambition**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GDP at market prices (2012) documento consultado en Internet el 22/12/2015 en <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>.
- GETZ, D. (2008), "Event tourism: Definition, evolution and research". **Tourism Management**, Volumen 29, Nro. 3, 403-428.
- HALL, M. (2006), "Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism". **The Sociological Review**, Volumen 54, Nro. 2, 59-70.
- HANSTAD, D. V. & SKILLE, E. A. (2010), "Does elite sport develop mass sport? A Norwegian Case Study". **Scandinavian Sport Studies Forum**, Nro. 1, 51-68.
- HILLER, H. H. (2000), "Mega-Events, Urban Boosterism and Growth Strategies: An Analysis of the Objectives and Legitimations of the Cape Town 2004 Olympic Bid". **International Journal of Urban and Regional Research**, Volumen 24, Nro. 2, 439-458.

- HINDSON, A., GIDLOW, B. & PEEBLES, C. (1994), "The "trickle-down" effect of top-level sport: myth or reality? A case-study of the Olympics". **Australian Journal of Leisure and Recreation**, Volumen 4, Nro. 1, 16-31.
- HORNE, J. & MANZENREITER, W. (2006), "An introduction to the sociology of sports mega-events". **Sociological Review**, Volumen 54, Nro. 2, 1-24.
- HORNE, J. (2015), "Sports mega-events – three sites of contemporary political contestation". **Sport in Society** (online first). doi: 10.1080/17430437.2015.1088721.
- LCD CRITERIA (2014), documento consultado en Internet el 21/12/2015 en http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/ldc/ldc_criteria.shtml.
- LENSKYJ, H. (2000), **Inside the Olympic industry: power, politics and activism**. Albany, NY: State University of New York Press.
- MACEDO, D. & LISBOA, V. (29/08/2014), "Para economistas, Copa do Mundo e atrasos em concessões derrubaram o PIB". **Agência Brasil**. Disponible en <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-08/para-economistas-copa-do-mundo-e-atrasos-em-concessoes-derrubaram-pib>, Consultado el 22/12/2015.
- MARRIS, T. (1987), "The Role and impact of mega-events and attractions on regional and national tourism development resolutions". **Tourism Review**, Volumen 42, Nro. 4, 3-12.
- MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL (2012), documento consultado en Internet el 10/03/2016 en http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/megaeventos/dossie_violacoes
- MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO (2013), documento consultado en Internet el 10/03/2016 en <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>
- MENDONÇA, R. (08/06/2015), "Um ano depois da Copa, metade do 'legado' ainda não foi entregue". **BBC Brasil**, disponible en http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150605_um_ano_copa_obras_rm, Consultado el 22/12/2015.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE (31/07/2015), "Ministro destaca investimentos federais no legado olímpico para o país". **Ministério do Esporte**, disponible en <http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/52871-ministro-destaca-investimentos-federais-no-legado-olimpico-para-o-pais>, Consultado el 22/12/2015.
- MÜLLER, M. (2015), "What makes an event a mega-event? Definitions and sizes". **Leisure Studies**, Volumen 34, Nro. 6, 627-642.
- OLYMPIC AGENDA 2020 (2014), documento consultado en Internet el 10/03/2016 en http://www.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20-20_Recommendations-ENG.pdf
- PILLAY, U. & BASS, O. (2008), "Mega-events as a Response to Poverty Reduction: The 2010 FIFA World Cup and its Urban Development Implications". **Urban Forum**, Nro. 19, 329-346.

- PLANS FOR THE LEGACY FROM THE LONDON 2012 OLYMPIC AND PARALYMPIC GAMES(2010), documento consultado en Internet el 14/12/2015 en https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/78105/201210_Legacy_Publication.pdf.
- PREUSS, H. (2015), "A framework for identifying the legacies of a mega sport event". **Leisure Studies**, Volumen 34, Nro 6, 643-664.
- PUFF, J. (11/01/2016), "Saúde pública: como o RJ chegou a uma de suas piores crises no ano dos Jogos". **BBC Brasil**, disponible en http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106_crise_economica_rio_jp, Consultado el 30/01/2016.
- REIS, A. C.; SOUSA-MAST, F. R.; GURGEL, L. A. (2015), "Rio 2016 and the sport participation legacies". **Leisure Studies**, Volumen 33, Nro 5, 437-453.
- ROCHE, M. (1992), "Mega-events and micro-modernization: on the Sociology of new urban tourism". **British Journal of Sociology**, Volumen 43, Nro. 4, 563-600.
- ROCHE, M. (2000), **Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture**. New York: Routledge.
- SÁNCHEZ, F. & BROUDEHOUX, A.-M. (2013), "Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency". **International Journal of Urban Sustainable Development**, Volumen 5, Nro. 2, 132-153.
- SEGALLA, V. (23/12/2015), "Nem feira e rock salvam: elefantes brancos da Copa dão R\$ 18 mi de prejuízo". **UOL Esporte**, disponible en <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2015/12/23/nem-feira-e-rock-savam-elefantes-brancos-da-copa-dao-r-18-mi-de-prejuizo.htm>, Consultado el 23/12/2015.
- SINGER, A. (2013), "Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas". **Novos Estudos CEBRAP**, Nro. 97, 23-40.
- SOARES DE LIMA, M. R. & HIRST, M. (2006), "Brazil as an intermediate state and regional power: Action, choice and responsibilities". **International Affairs**, Volumen 82, Nro. 1, 21-40.
- SOUZA, D. L., CASTRO, S. B. E., ALMEIDA, B. S., SILVA, A. B. T. & SOUSA, A. P. P. (2014), "Proposta de legados esportivos em função dos Jogos "Rio 2016"". **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Volumen 36, Nro 2, 5652-5666.
- SUMÁRIO EXECUTIVO V. 1 (2009), documento consultado en Internet el 22/12/2015 en http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf.
- SWART, K. & BOB, U. (2004), "The seductive discourse of development: the Cape Town 2004 Olympic bid". **Third World Quarterly**, Volumen 25, Nro. 7, 1311-1324.
- TAVARES, O. (2011), "Megaeventos esportivos". **Movimento**, Volumen 17, Nro. 3, 11-35.
- VAINER, C. (2011). "Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro". In: XIV Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro, documento consultado em Internet el 10/02/2015 en <http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/58/1/anais-do-xiv-ena>

- VEAL, A. J. (2003), "Tracking Change: Leisure participation and policy in Australia, 1985-2002". **Annals of Leisure Research**, Volumen 6, Nro. 3, 245-277.
- VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. (2007), "A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação". **Contexto internacional**, Volumen 29, Nro. 2, 273-335.
- WEED, M., COREN, E., FIORE, J., WELLARD, I., MANSFIELD, L., CHATZIEFSTATHIOU, D. & DOWSE, S. (2012), "Developing a physical activity legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games: a policy-led systematic review". **Perspectives in Public Health**, Volumen 132, Nro. 2, 75-80.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA



espacio
abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología

Vol 25, N°2 _____

*Esta revista fue editada en formato digital y publicada
en junio de 2016, por el **Fondo Editorial Serbiluz**,
Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela*

www.luz.edu.ve
www.serbi.luz.edu.ve
produccioncientifica.luz.edu.ve